



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 12433

DIA 08/09/24

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão II se manifestou motivadamente pelo encaminhamento dos autos junto à esta assessoria para manifestação jurídica acerca das questões levantadas, notadamente diante das novas informações trazidas, no sentido de que a) as empresas CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – LOCATÁRIA e a SD ENGENHARIA LTDA – LOCADOR, possuem o mesmo endereço como sede – Rua Senador Dantas, nº 07, 10º andar centro – Rio de Janeiro – RJ; b) a Sócia proprietária da empresa CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, e signatária dos atestados de capacidade técnica-operacional, apresentados no certame, Sra. ELZA MARIA MOREIRA DE ARAUJO DUTRA, é mãe do sócio proprietário da empresa SD ENGENHARIA LTDA, Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA; e c) o Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA, atua como responsável técnico em ambas as empresas. Fatos que devem ser analisados considerando as situações já enfrentadas quanto às certidões e notas fiscais.

Desta forma, passa-se à análise da questão jurídica.

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283*), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 5º, da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da



eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”.

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

Conforme narrado anteriormente, o mérito da indagação formulada gira em torno de três pontos centrais, quais sejam: a) as empresas CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – LOCATÁRIA e a SD ENGENHARIA LTDA – LOCADOR, possuem o mesmo endereço como sede – Rua Senador Dantas, nº 07, 10º andar centro – Rio de Janeiro – RJ; b) a Sócia proprietária da empresa CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, e signatária dos atestados de capacidade técnica-operacional, apresentados no certame, Sra. ELZA MARIA MOREIRA DE ARAUJO DUTRA, é mãe do sócio proprietário da empresa



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DIA 08/07/24

Folhas N.º 103 Rubrica 8

SD ENGENHARIA LTDA, Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA; e c) o Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA, atua como responsável técnico em ambas as empresas. Fatos que devem ser analisados considerando as situações já enfrentadas quanto às certidões e notas fiscais.

Quanto à questão jurídica em si analisada, se fazem necessários esclarecimentos acerca de todo o histórico ora analisado.

Inicialmente a empresa apresentou atestados que não possuíam averbação junto CREA, ou nota fiscal relativa à prestação do serviço, a qual apenas foi emitida em 03/06/2024 às 15:34:13, ou seja, durante a sessão do pregão. Posteriormente, em diligência realizada fora verificado que: a) as empresas CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – LOCATÁRIA e a SD ENGENHARIA LTDA – LOCADOR, possuem o mesmo endereço como sede – Rua Senador Dantas, nº 07, 10º andar centro – Rio de Janeiro – RJ; b) a Sócia proprietária da empresa CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, e signatária dos atestados de capacidade técnica-operacional, apresentados no certame, Sra. ELZA MARIA MOREIRA DE ARAUJO DUTRA, é mãe do sócio proprietário da empresa SD ENGENHARIA LTDA, Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA; e c) o Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA, atua como responsável técnico em ambas as empresas.

Cabe pontuar que, em caso muito semelhante ao que ora se analisa o TCU entendeu pela admissão de prova indireta/indiciária quando presentes variados e coincidentes indícios de irregularidade.

Nesta linha, inicialmente, importante pontuar que o entendimento do STF é no sentido de que indícios, quando vários e coincidentes, podem ser utilizados como elementos de prova (RE nº 68.006-MG), entendimento que também é seguido pelas Cortes de Contas (Acórdãos 630/2006-Plenário e 2143/2007-Plenário).

Conforme asseverado pela Corte de Contas:

“a apresentação de atestados com conteúdo falso, com eventual conluio



entre as empresas envolvidas, tanto a que emitiu quanto a que apresentou, gera vantagem indevida em certame licitatório (uma vez que pretende comprovar qualificação técnica que, em princípio, a empresa pode não deter) e fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas, independentemente de ter resultado em prejuízo financeiro para a Administração e/ou de quaisquer suposições acerca do nível de satisfação na execução dos serviços subsequentemente contratados.”.

(Acórdão 2.677/2014-Plenário)

No mais, quando do julgamento do Acórdão nº 917- Plenário, o TCU, no sentido do acolhimento da tese de prova indiciária para fins de inabilitação da empresa, entendeu no seguinte sentido:

“Quanto aos indícios de falsidade material do atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Oderdenge em favor da empresa Mercurio, entendo, em linha com o exame da unidade técnica, que está caracterizada fraude à licitação em vista das diversas evidências a seguir enumeradas:

- a) ambas as empresas atuem com objetos sociais praticamente coincidentes e serem do mesmo grupo familiar;
- b) o contrato de prestação de serviço firmado entre a Oderdenge e a Mercurio em 26/10/2020, foi ajustado em data anterior ao registro do contrato social da segunda empresa na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, efetivado em 29/10/2020;
- c) o atestado técnico em tela foi emitido somente um dia após a constituição formal da empresa Mercurio, em 30/10/2020, e mais de um mês antes da data de emissão da nota fiscal relativa ao suposto fornecimento, datada de 1/12/2020;
- d) somente haveria cabimento de emissão de atestado referente às parcelas de serviço efetivamente executadas e atestadas até a data da emissão do



documento, não tendo sido observado o necessário decurso de prazo para a conclusão do negócio e a averiguação das condições em que se deu; e
e) a empresa Mercurio só registrou contabilmente o recebimento de valores oriundos dessa suposta relação comercial com a sociedade emissora do atestado técnico no mês de dezembro de 2020 (conforme PGDAS-D – peça 76, p. 7).”.

A situação em que ora se analisa permite a aplicação da tese de prova indiciária para fins de inabilitação da empresa pelos seguintes fatos:

- a) os atestados de capacidade técnica emitidos não possuíam averbação junto ao CREA;
- b) não havia sido emitida, até a data de realização do pregão, as notas fiscais relativas ao serviço supostamente prestado em época própria;
- c) as empresas atestante e atestada possuem o mesmo endereço cadastral;
- d) as empresas atestante e atestada possuem como responsável técnico o Sr. VINÍCIUS ARAÚJO DE SOUZA DUTRA;
- e) o Sr. VINÍCIUS ARAÚJO DE SOUZA DUTRA, é responsável técnico da empresa CONE ENGENHARIA, atestante, e ao mesmo tempo Sócio Administrador da empresa SD ENGENHARIA LTDA, ora atestada;
- f) a Sócia Administradora da empresa CONE ENGENHARIA, atestante, possui relação de parentes de 1º grau (mãe), do Sócio Administrador da empresa SD ENGENHARIA LTDA, atestada;
- g) a empresa atestante e atestada, além de coincidirem em relação ao responsável técnico e endereço, possuem atividade principal e atividades secundárias idênticas.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO 06433
DIA 08/07/20
Folha N.º 106 Rubrica 8

Dessa forma, considerando tudo o que fora exposto, entende esta assessoria pela procedência da impugnação apresentada, com a inabilitação da empresa impugnada.

III - DA CONCLUSÃO

Diante do informado, entende-se esta assessoria pela possibilidade de utilização da tese da prova indiciária para fins de inabilitação da empresa impugnada, dando procedência à impugnação apresentada, uma vez que a) os atestados de capacidade técnica emitidos não possuíam averbação junto ao CREA; b) não havia sido emitida, até a data de realização do pregão, as notas fiscais relativas ao serviço supostamente prestado em época própria; c) as empresas atestante e atestada possuem o mesmo endereço cadastral; d) as empresas atestante e atestada possuem como responsável técnico o Sr. VINÍCIUS ARAÚJO DE SOUZA DUTRA; e) o Sr. VINÍCIUS ARAÚJO DE SOUZA DUTRA, é responsável técnico da empresa CONE ENGENHARIA, atestante, e ao mesmo tempo Sócio Administrador da empresa SD ENGENHARIA LTDA, ora atestada; f) a Sócia Administradora da empresa CONE ENGENHARIA, atestante, possui relação de parentes de 1º grau (mãe), do Sócio Administrador da empresa SD ENGENHARIA LTDA, atestada; g) a empresa atestante e atestada, além de coincidirem em relação ao responsável técnico e endereço, possuem atividade principal e atividades secundárias idênticas.

Sugere-se, ainda, a instauração de processo administrativo em apartada para fins sancionadores, possibilitando à empresa impugnada ampla defesa e contraditório. A depender do andamento do feito sancionador, poderão ser remetidas cópias dos autos aos MP para fins de apuração de eventual fato típico.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
PROCESSO Nº 25433
DIA 08/07/2024
Folha Nº 007 Rubrica

a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 5 de julho de 2024

Victor Valadares Beserra Figueiredo

Assessor de Nível Intermediário

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Mat. 63.162

Carlos Fernando V. N. da Veiga
Carlos Fernando V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

**Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios****Dados da Pessoa Jurídica**

NOME EMPRESARIAL

CONE ENGENHARIA E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

35.834.967/0001-53

ESTABELECIMENTO

Matriz

PORTE

DEMAIS

DATA DE ABERTURA

20/12/2019

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CONE ENGENHARIA

SITUAÇÃO CADASTRAL

Ativa

DATA SITUAÇÃO CADASTRAL

20/12/2019

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA SITUAÇÃO ESPECIAL

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

ENDEREÇO

RUA SENADOR DANTAS, 00007, CENTRO, CEP 20031-202, 6001 - RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO

ADMINISTRATIVO@CONEENG.COM.BR

TELEFONE

22203295

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

4120-4/00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

0220-9/06 - Conservação de florestas nativas**3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos****4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários****4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias****4212-0/00 - Construção de obras de arte especiais****4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas****4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica****4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais****4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas****4312-6/00 - Perfurações e sondagens****4313-4/00 - Obras de terraplenagem****4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás****4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração****4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque****4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras****4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos****7112-0/00 - Serviços de engenharia****7119-7/99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente**Emitido por [REDACTED] no dia **05/07/2024** às **14:49:05** (data e hora de Brasília).**Fonte:** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

Quadro de Sócios e Administradores

NOME EMPRESARIAL

CONE ENGENHARIA E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

CNPJ

35.834.967/0001-53

CAPITAL SOCIAL

R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome / Nome Empresarial:

CLEZIO THADEU DE SOUZA DUTRA

Qualificação:

Sócio

Nome / Nome Empresarial:

ELZA MARIA MOREIRA DE ARAUJO DUTRA

Qualificação:

Sócio-Administrador

Emitido no dia **05/07/2024** às **14:14:02** (data e hora de Brasília).

Fonte: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

PROCESSION N° 16433
08/07/24
Rubrica N° 109 Rubrica R

**Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios****Dados da Pessoa Jurídica**

NOME EMPRESARIAL

SD ENGENHARIA LTDA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

05.351.320/0001-00

ESTABELECIMENTO

Matriz

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

SITUAÇÃO CADASTRAL

Ativa

DATA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

ENDEREÇO

RUA SENADOR DANTAS, 7 ANDAR: 10 PARTE,, CENTRO, CEP 20031-202, 6001 - RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO

SD@SDENG.COM.BR

TELEFONE

22924204

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

4120-4/00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

0220-9/06 - Conservação de florestas nativas**3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos****4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários****4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias****4212-0/00 - Construção de obras de arte especiais****4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas****4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica****4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais****4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas****4312-6/00 - Perfurações e sondagens****4313-4/00 - Obras de terraplenagem****4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás****4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração****4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil****4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque****4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos****6440-9/00 - Arrendamento mercantil****7112-0/00 - Serviços de engenharia****7119-7/99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente**Emitido por [REDACTED] no dia **05/07/2024** às **14:51:12** (data e hora de Brasília).**Fonte:** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).PROCESSO N° **16433**CIA **03/07/20**Rubrica N° **110**

PÓRTE

DEMAIS

DATA DE ABERTURA

03/10/2002

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA SITUAÇÃO ESPECIAL



Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

Quadro de Sócios e Administradores

NOME EMPRESARIAL

SD ENGENHARIA LTDA

CNPJ

05.351.320/0001-00

CAPITAL SOCIAL

R\$ 51.104.117,00 (cinquenta e um milhões cento e quatro mil e cento e dezessete reais).

PROCESSO N° 16433
DATA 08/09/20
Rubrica B

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome / Nome Empresarial:

VINICIUS ARAUJO DE SOUZA DUTRA

Qualificação:

Sócio-Administrador

Nome / Nome Empresarial:

RAFAEL ARAUJO DE SOUZA DUTRA

Qualificação:

Sócio

Emitido no dia **05/07/2024** às **14:13:13** (data e hora de Brasília).

Fonte: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).